



Brasília-DF, 21 de maio de 2026



I SEMINÁRIO NACIONAL

A POLÍTICA MINERAL QUE QUEREMOS: ESTRATÉGIA, TERRITÓRIO E SOCIEDADE

Debate plural sobre a política mineral brasileira, articulando diagnóstico, conflitos, estratégias de desenvolvimento e propostas de transformação.

BELO HORIZONTE
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG | Auditório 1

21 E 22 DE MAIO | 9H ÀS 17H
Com transmissão ao vivo para todo o Brasil

Instituições proponentes:  Realização:  Parceria Técnica: 

participou da audiência representada pela presidente Sônia Zerino e pelo diretor de finanças da entidade e presidente da CONTRATUH, Wilson Pereira.

Durante o debate, Wilson Pereira destacou que a redução da jornada pode trazer impactos positivos tanto para os trabalhadores quanto para a produtividade das empresas. Segundo ele, a escala 6x1 ainda impõe uma rotina desgastante em diversos setores, comprometendo o descanso e a saúde física e mental dos profissionais.

Sônia Zerino também chamou atenção para os efeitos da jornada exaustiva sobre a vida das mulheres trabalhadoras. "A discussão sobre o fim da escala 6x1 também é uma discussão sobre a vida das mulheres trabalhadoras. São elas que, além da jornada profissional, ainda carregam a maior parte das responsabilidades dentro de casa e com a família. Muitas mulheres vivem uma rotina exaustiva, sem tempo para descanso, lazer ou cuidado com a própria saúde. Reduzir a jornada sem reduzir salários é garantir mais dignidade, qualidade de vida e justiça social para milhões de trabalhadoras brasileiras", afirmou.

As centrais sindicais defenderam a construção de uma proposta que acompanhe as transformações do mercado de trabalho sem retirar direitos dos trabalhadores. Entre os pontos debatidos estiveram a valorização do tempo de descanso, a melhoria da qualidade de vida e a necessidade de relações de trabalho mais equilibradas.

A audiência reforçou ainda o papel das entidades sindicais na formulação de propostas voltadas ao trabalho decente e à promoção da justiça social no país.

Fonte: NCST

NCST defende fim da escala 6x1 em audiência na Câmara dos Deputados



A comissão especial da Câmara dos Deputados responsável por discutir propostas relacionadas à jornada de trabalho realizou, na tarde desta terça-feira (19), uma audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a redução da carga horária semanal e o fim da escala 6x1. O encontro reuniu representantes das principais centrais sindicais do país e entidades ligadas ao mundo do trabalho.

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)

Relator adia parecer da PEC da escala 6x1 para negociar transição



Zeca Ribeiro/Agência Câmara

Texto estava previsto para esta quarta-feira, mas ficou para segunda após impasse sobre a implementação da nova jornada. Relator diz que

Brasília-DF, 21 de maio de 2026

pontos centrais estão acertados, incluindo 40 horas semanais, dois dias de folga e manutenção dos salários.

O relator da PEC que acaba com a escala de trabalho 6x1, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), adiu para a próxima segunda-feira (25) a apresentação do relatório final da proposta na Câmara. O texto estava previsto para ser apresentado nesta quarta-feira (20), mas ainda depende de acordo sobre o período de transição para a nova jornada.

A decisão foi anunciada por Prates após reunião com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Segundo o relator, o adiamento não altera os pontos centrais da proposta, que, de acordo com ele, já estão "pacificados".

A PEC deve prever o fim da escala 6x1, dois dias de folga por semana, jornada de 40 horas semanais, manutenção dos salários e fortalecimento das convenções coletivas.

Impasse está na transição

O principal ponto em aberto é o ritmo de implementação da mudança. Uma das alternativas em discussão é fazer a redução da jornada de forma escalonada, com corte de uma ou duas horas por ano até atingir o limite de 40 horas semanais.

O governo federal, no entanto, defende que a nova regra entre em vigor sem período de transição.

Participaram da reunião, além de Prates e Hugo Motta, os ministros José Guimarães, da Secretaria de Relações Institucionais, e Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego; o líder do governo na Câmara, Paulo Pimenta (PT-RS); e o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), autor da proposta.

Votação pode ocorrer ainda em maio

Prates afirmou que a proposta é prioridade para o presidente da Câmara. A intenção é aprovar o parecer na comissão especial e levar o texto ao Plenário logo em seguida. "O presidente Hugo disse que, assim que terminar a votação na comissão especial, ele começa na sequência no plenário", afirmou Prates.

Caso algum parlamentar peça vista, a votação do relatório no colegiado deve ocorrer na quinta-feira (28), segundo o presidente da comissão, deputado Alencar Santana (PT-SP). "Quanto mais consenso tiver, melhor", disse Alencar. Segundo ele, o tema é "histórico" e afeta diretamente trabalhadores, empregadores e o mundo do trabalho.

A expectativa é que a Câmara tente concluir a análise da proposta ainda em maio. Alencar disse que a

intenção é enviar o texto ao Senado ainda em maio, "para coroar o mês do trabalhador".

Proposta acaba com escala 6x1

A PEC propõe o fim do modelo em que o trabalhador atua por seis dias consecutivos e descansa apenas um. O debate ganhou força no Congresso em meio à pressão de movimentos de trabalhadores e à defesa de que a redução da jornada ocorra sem perda salarial.

O relator tenta construir um texto que concilie a demanda por mais tempo de descanso com as preocupações de setores empresariais sobre os impactos econômicos da mudança.

Para Prates, o acordo sobre os pontos principais já foi fechado, mas ainda é preciso definir como será feita a adaptação das empresas à nova regra.

Fonte: Congresso em Foco

Motoristas de aplicativos serão contemplados no Programa Move Brasil com R\$ 30 bilhões



O salão nobre da Casa de Portugal, no bairro da Liberdade – Centro de São Paulo, ficou lotado de sindicalistas, taxistas, motoboys e motoristas de aplicativos, na tarde de terça-feira (19), no ato em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a MP - Medida Provisória que cria o Move Aplicativos, iniciativa que faz parte do programa Move Brasil.

Através dele o Governo Federal destinará R\$ 30 bilhões para o financiamento de carros novos pelo Move Brasil, via BNDES. A medida vai beneficiar trabalhadores e trabalhadoras que usam carros alugados ou têm dificuldades para trocar o automóvel e taxistas, que terão linhas especiais de financiamento para compra de carros novos a juros mais baixos.

E permitirá a compra de veículos de modelos

Brasília-DF, 21 de maio de 2026

sustentáveis de até R\$ 150 mil em até 72 meses, com seis meses de carência para começar a pagar e juros baixos. Lula disse que em muitos casos, a prestação pode custar até metade do que se paga atualmente na locação de um carro e para mulheres os juros serão ainda mais baixos.

Nailton Francisco de Souza (Porreta), presidente da NCST/SP – Nova Central Sindical de Trabalhadores no Estado de São Paulo, que representou a presidenta Nacional da NCST, Sônia Zerino, acredita que a iniciativa do Governo Lula garantirá mais segurança financeira e confiança nos milhões de profissionais que atuam nesta modalidade de transportes.

Disse que de forma didática, o presidente explicou que um carro que custa R\$ 143 mil, financiado em 72 meses, vai permitir parcelas R\$ 3 mil de financiamento. Com a vantagem de que investirá em um patrimônio próprio, pagará a metade do que pagaria em um carro alugado e terá mesmos despesas com manutenção e consumo de combustíveis.

Lula comentou que quem trabalha de Uber prefere alugar o carro porque a manutenção é muito cara. Com o carro novo, a manutenção vai ser mais rara. “E o que vai acontecer é que você pagará metade do que pagava e com um patrimônio que será seu. Esse dinheiro vai sobrar para o seu filho, sua mulher e filha. Ele será extraordinariamente vantajoso para vocês”, prevê o presidente.

Outras medidas

O governo federal também planeja criar outras medidas para beneficiar motoristas de aplicativos, especialmente os mototaxistas e motoboys. Entre as medidas está a criação de 100 pontos de apoio para motoristas de aplicativos, equipados com banheiros, áreas de descanso e pontos de carregamento de celulares.

Outra medida que o governo pretende adotar, segundo Boulos, é incorporar como acidente de trabalho os acidentes ocorridos com motoristas de aplicativos.

“Infelizmente é muito frequente o acidente com moto nas grandes cidades e hoje isso é tratado como acidente comum. A partir dessa nova definição, que foi tomada e assinada pelo SUS, todas as UPAs e prontos socorros do país vão estar orientados a colocar o prontuário desse acidente como acidente de trabalho, para que você possa buscar o seu direito pela justiça”, explicou Boulos.

Em discurso durante o lançamento do programa, o presidente Lula anunciou que o governo federal está

planejando criar também um programa de financiamento para os mototaxistas e motoboys.

“Conversamos com várias empresas aqui, mas ainda não foi possível a gente acertar o ponto. As motos aqui no Brasil são mais caras. Mas eu ainda sonho em poder dar aos motoqueiros deste país o direito de comprar uma moto boa, de qualidade, e com preço mais acessível financiado pelo governo”, afirmou.

O evento, na Casa de Portugal, reuniu ministros, sindicalistas, presidentes de bancos e de entidades patronais como Febraban e Anfavea, além de ex-ministros e pré-candidatos às eleições.

Também esteve presente ao evento o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, a primeira-dama, Janja da Silva, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, que foi bastante aplaudido pelo público presente.

Fonte: NCST-SP

Lula diz que ouvirá demandas de empresários sobre fim da escala 6x1

Presidente diz que estará atento a reivindicações



© Ricardo Stuckert / Pr

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a redução da jornada de trabalho será feita de forma colaborativa, com o governo federal atento às demandas específicas de cada setor econômico, de forma a beneficiar a sociedade como um todo.

A declaração foi feita após Lula ter recebido, em São Paulo, uma pauta de reivindicações da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), nesta terça-feira (19), durante a abertura do Encontro Internacional da Indústria da Construção (Enic).

“Não se escondam de fazer qualquer proposta para nós. A construção civil é imprescindível para o futuro deste país. Em qualquer momento histórico, ela é

**Brasília-DF, 21 de maio de 2026**

quem gera emprego com mais facilidade. É ela quem pode fazer as coisas acontecerem", disse o presidente.

Especificidades de cada categoria

Na sequência, Lula disse que o governo estará atento às reivindicações relacionadas à redução da escala 6 por 1, que possibilitará, aos trabalhadores brasileiros, ter dois dias de descanso semanal.

"A jornada de trabalho vai ser aplicada levando em conta a especificidade de cada categoria. Ninguém vai impor isso na marra. É preciso respeitar a realidade de cada categoria, de cada profissão, de cada setor econômico, para fazer as coisas resultarem no benefício que nós queremos para a sociedade brasileira", disse ele, na tentativa de transmitir segurança aos empresários do setor.

"Não fiquem assustados com o fim da escala 6 por 1. Isso é algo necessário, porque hoje o povo quer mais tempo para ficar em casa; quer mais tempo para o lazer; quer mais tempo para estudar e para namorar. Isso normal porque a sociedade tem avançado muito, com os avanços tecnológicos", acrescentou.

Dirigindo-se aos empresários da construção civil, Lula disse que precisa deles para gerar empregos, bem como para construir casas e tocar obras de infraestrutura. "E vocês precisam de mim para fazer financiamento. É uma via de duas mãos. Eu dou e recebo, e vocês dão e recebem, porque, se não for assim, não funciona".

Fonte: Agência Brasil

PEC da 6x1 será prioridade na próxima semana, define Hugo Motta

Presidente da Câmara também cita apoio à indústria de fertilizantes e contenção do aumento dos preços do petróleo.



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou nesta terça-feira (19) que a redução da jornada de trabalho para o fim da escala

6x1 será prioridade na pauta do Congresso e pode ser votada já nos próximos dias. Segundo o deputado, a intenção é concluir a tramitação da proposta na comissão especial até o dia 27 e levar o texto ao Plenário na mesma semana em um esforço concentrado da Casa.

Motta destacou que há um compromisso político de avançar com a proposta, considerada uma demanda relevante da sociedade. "A nossa ideia é manter o cronograma de votação para a semana que vem", afirmou. Apesar do otimismo, o presidente da Câmara declarou que ainda não há consenso estabelecido quanto ao período de transição da proposta junto ao governo.

Os detalhes, segundo Motta, estão sob administração do relator, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), com quem ele deve se reunir até a próxima sexta-feira (22). "Esse é um dos pontos que ainda faltam ser fechados. Na verdade, nós vamos avançar para que esse relatório seja entregue o quanto antes. Esse ajuste final está sendo feito e construído com muito cuidado", disse.

Outras pautas

Além da PEC da 6x1, Motta também detalhou outras prioridades discutidas na reunião de líderes, que deve ocorrer na próxima terça-feira (26). Entre elas, projetos ligados ao agronegócio, como o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (4.371/2024), que busca estimular a produção nacional de fertilizantes, reduzindo a dependência externa.

"O Brasil tem hoje uma grande importância do setor do agronegócio e não é bom para o futuro ficarmos vulneráveis aos preços de fertilizantes de outros países."

O presidente da Câmara também citou o projeto de lei complementar dos combustíveis (114/2026), que pretende usar receitas extras da exportação de petróleo para evitar aumentos nos preços ao consumidor em momentos de alta internacional. Motta afirmou que a deputada Marussa Boldrin (Republicanos-GO), escolhida relatora, chegou a Brasília para discutir os termos do relatório.

Motta também afirmou que, na próxima reunião de lideranças, cada partido e federação levará suas propostas prioritárias para que o Colégio de Líderes defina o restante do ano legislativo.

Fonte: Congresso em Foco